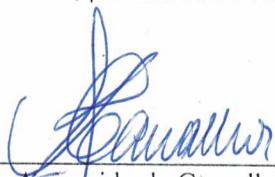


Ata da Reunião Ordinária do Conselho Administrativo do Instituto de Previdência dos Servidores do Município de São Sebastião do Paraíso – INPAR. Aos 29 dias do mês de agosto do ano de dois mil e dezenove, às 09:30 horas, na sede do INPAR, foi realizada reunião ordinária previamente convocada com a participação dos membros do Conselho, Sr. Silvio Aparecido de Carvalho - Presidente, Sra. Maria Rejane Tenório de Araújo Santos - Vice-Presidente, Sr. Wellington Bonacini de Carvalho – Secretário e Sr. Petri Cauduro Alcântara - Gerente Administrativo. Dando início à reunião o Presidente deu suas saudações aos presentes e iniciou fazendo suas considerações sobre o ofício n.º 97/2019 de 24/07/2019, através do qual o INPAR encaminhou ao gabinete do Sr. Prefeito Municipal o CALCULO ATUARIAL DO EXERCÍCIO DE 2019, destacando o que foi proposto pelo atuário para equilibrar o déficit financeiro e atuarial técnico apresentado, ou seja, o aumento imediato da alíquota de contribuição patronal dos atuais 17,08% para 22,00% e ainda a implementação de plano de amortização do déficit atuarial técnico com alíquota inicial a partir de 10/2019 em 5,00% e acrescida de 4,16% ao ano até chegar em 67,40% em 2033 e daí permanecer em 67,40% até 2.054. Na oportunidade frisou e anexou cópia do ofício n.º 5451/2019 do TCEMG que tratou do ACORDÃO sobre a representação n.º 942117 e apensos 959803/969324 que dispôs no item III determinação para que o prefeito e o presidente atual da autarquia adotassem medidas visando a correção das falhas apontadas pelo atuário de forma a sanar o déficit financeiro e atuarial, portanto, o INPAR, entende que cumpriu com o determinado pelo TCEMG, uma vez que elaborou o cálculo atuarial, o enviou ao Chefe do Poder Executivo em tempo hábil de constar da LOA/2020 e se colocou à disposição para demais esclarecimentos, todavia, não recebemos até a presente data nenhuma resposta/informação por parte da prefeitura, assim sendo, resolve o conselho por recomendar a reiteração do ofício 97/2019 evidenciando que o silêncio e ou omissão da Prefeitura Municipal obrigará ao Conselho a notificar os órgãos de controle externo (SPS, TCEMG e MP). Informou que através do ofício 104/2019 de 13/08/2019 apresentou à Prefeitura Municipal, o valor do complemento financeiro para cobertura do déficit da folha 07/2019 no valor de R\$ R\$ 537.318,76 e que até a presente data, consultando o relatório 12-3 do sistema contábil da prefeitura, encontra-se em aberto, ou seja, sem pagamento, os seguintes empenhos de APORTE FINANCEIRO referente aos meses de janeiro à junho/2019 que montam R\$ 2.385.682,36, sendo os empenhos n.ºs: EO 2085; EO 2776; EO 3867; EO 4766; EO5394; EO7152. Informou sobre o ofício n.º 105/2019 de 09/08/2019 através do qual respondeu e indeferiu requerimento de servidor que estava em gozo de aposentadoria por invalidez, todavia convocada a realizar novo exame médico pericial nos termos dos artigos 24 e 25 da lei municipal 3005/2003 e mediante confirmação de dois laudos médicos periciais datados de 14/05/2019 e 12/07/2019 que determinaram que o servidor encontra-se apto ao trabalho, não restou outra opção ao INPAR, que não, indeferir administrativamente o requerido pelo servidor. Informou que em 25/07/2019 foi concluído e ratificado o Processo Administrativo n.º008/2019 dispensa n.º 08/2019 através do qual foi concluída a contratação de instituição para a realização do concurso do INPAR e que a vencedora foi o IMAM – Instituto Mineiro de Administração Municipal. O contrato foi assinado em 12/08/2019 e na sequência será elaborado o edital do concurso. Informou que com o fim do contrato do assessor jurídico ocorrido através do processo licitatório convite 02/2014 processo 010/2014 em 15/08/2019 e conforme entendimento da última reunião do conselho que restou entendido que o INPAR iria contratar o procurador jurídico através da lei de criação do cargo (lei 4.543/2019), foi firmado no dia 16/08/2019 contrato de trabalho n.º 04/2019, pelo prazo determinado de 06 (seis) meses, com a Drª Lais Pimenta de Carvalho Sacoda, com jornada diária de 04 (quatro) horas e remuneração condizente com a do cargo no valor mensal de R\$ 3.099,61. Informado sobre o ofício n.º 050/CFJL/2019 datado de 08/08/2019 da Comissão de Finanças, Justiça e Legislação da Câmara Municipal, e também o ofício n.º 032/Ver.MM/2019 datado de 06/08/2019, através dos quais é solicitado do INPAR para que se manifeste se os servidores aposentados como procuradores serão contemplados pela nova tabela de vencimentos conforme dispõe o projeto de lei n.º 69/2019 e se uma vez aprovado trará impacto financeiro à autarquia, referido ofício será respondido tão logo tenhamos parecer jurídico e constatado o direito apurar-se-á o valor financeiro do impacto, haja vista que existem 03 (três) servidores inativos aposentados como procuradores e com direito à paridade salarial nos termos do artigo 6.º da EC 41/2003. Informado sobre o ofício n.º 801/2019 do Ministério Público datado de 23/08 e recebido em 27/08/2019, através do qual solicita informações sobre o andamento da realização do concurso público do INPAR e pede cópia das rescisões dos ex servidores Ruan e Kyane e ainda propõe a assinatura de TAC – Termo de Ajustamento de Conduta a ser firmado no prazo máximo de 15 dias a partir da data de recebimento, TAC este que se assinado extinguirá o Inquérito Civil n.º MPMG-0647.18.000550-4 que visa apurar eventual ilegalidade no provimento dos cargos públicos do

[Handwritten signatures and initials in blue ink]

INPAR que estariam sendo providos por meio de licitação e ou de cargos em comissão, más para funções burocráticas, rotineiras e sem direção, chefia e /ou assessoramento, além de possível nepotismo. No referido TAC recebido do MP, restou claro que as contratações temporárias e nomeações ilegais não acarretaram DANO AO ERÁRIO, tendo em vista a efetiva prestação dos serviços, de modo que não há que se falar em devolução dos valores pagos aos cofres públicos, sob pena de enriquecimento ilícito da Administração, conforme jurisprudência do STJ, todavia, referido TAC determina que a partir de sua assinatura **o INPAR não poderá mais realizar contratações temporárias para cargos cujo provimento é de natureza efetiva fora das hipóteses do artigo 37 inciso IX da CF**, bem como estabelece o prazo máximo de **60 (sessenta) dias** para que o INPAR encaminhe cópia da publicação do Edital do Concurso Público e que em **06 (seis) meses** contados da assinatura do TAC, apresente a homologação, na sua totalidade, do resultado do concurso público, comprovando ainda em seguida, no prazo de 30 (trinta) dias, contado da referida homologação, a rescisão dos contratados temporários assinados e/ou em vigor no curso do TAC, sem contar na imposição de multa diária de R\$ 1.000,00 (hum mil reais) por dia para eventual descumprimento do TAC e ainda em função da ilegalidade praticada (no entendimento do MP) e na hipótese de eventual descumprimento do contido no presente TAC, pagará ao Município de São Sebastião do Paraíso, nos moldes do inciso III do artigo 12 da lei n.º 8.429/92 e inciso 4º da resolução CSMP n.º 3, de 23/11/2017 o valor de R\$ 5.000,00 (cinco mil reais) a título de multa civil, além não poder contratar com o Poder Público ou receber benefícios ou incentivos fiscais e creditícios pelo prazo de 03 (três) anos a contar da assinatura do TAC. Menciona-se aqui que homologar o concurso em apenas 06 meses é uma tarefa impossível e muito arriscada, citando como exemplo o concurso da câmara municipal cujo edital foi publicado em 23/04/2018 e a homologação ocorreu em 30/11/2018, portanto um período de 7 meses e 7 dias, o que por si só já demonstra que seis meses é um tempo insuficiente. Paralelamente tem se também a situação de que até o dia 10/11/2019 ocorrerá eleição para presidência do conselho administrativo do INPAR, logo a atual presidência encontra-se impossibilitada de firmar referido TAC nos moldes em que foi proposto pelo Ministério Público, simplesmente pelo motivo de que ocorrerá a substituição do atual presidente e do corpo do conselho administrativo, logo, decidiu-se por unanimidade que o INPAR através do conselho administrativo deve procurar o Ministério Público e explicar claramente a situação atual do INPAR. Foi informado o saldo financeiro em conta corrente do INPAR na data desta ata que é de **R\$ 383.371,72**, ficando definido que o mesmo será utilizado juntamente com o primeiro repasse advindo da prefeitura para pagamento de parte da folha de agosto/2019. Ato contínuo, presentes também os membros do Comitê de Investimentos do INPAR, consolidaram informações sobre as ações tomadas no decorrer do mês, mediante orientação da empresa Crédito e Mercado e buscando dar cumprimento à política de investimento de 2019, dentro do mês corrente fez se as realocações necessárias de modo a cumprir a legislação pertinente. Nada mais havendo a tratar, lavrou-se a presente ata que após lida e achada de conformidade por todos, foi assinada pelos presentes para dar veracidade, publicidade e registro aos fatos e assuntos deliberados.



Sr. Silvio Aparecido de Carvalho



Sra. Maria Rejane Tenório de Araújo Santos



Sr. Wellington Bonacini de Carvalho



Sr. Petri Cauduro Alcântara



Sra. Maria Imaculada Bicego Silva